

AO EXPEDIENTE DO DIA
19 de 02 de 19
PRESIDENTE



DIGITALIZADO



ESTADO DA PARAÍBA

Mensagem nº 58

João Pessoa, de dezembro de 2018.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 274/2018

A Sua Excelência o Senhor

GERVÁSIO MAIA

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba

João Pessoa – PB

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à apreciação dos membros dessa respeitável Casa Legislativa a Medida Provisória, anexa, que trata da remissão e da anistia dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes dos incentivos, das isenções e dos benefícios fiscais ou financeiros-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, bem como da reinstituição dos incentivos, das isenções e dos benefícios fiscais ou financeiros-fiscais vigentes no Estado da Paraíba, na forma prevista no Convênio ICMS 190/17 e na Lei Complementar Federal nº 160/17.

Diante do exposto, estão presentes os requisitos da relevância jurídica e da urgência, notadamente pela impossibilidade de conversão em lei de eventual propositura mediante o processo legislativo ordinário ainda este ano.

Assim, presente, ainda, o notório interesse público, na certeza do apoio e compreensão de todos os membros da augusta Casa Eptácio Pessoa, encaminho à consideração de Vossa Excelência e de seus pares a presente Medida Provisória, de acordo com o § 3º do art. 63 da Constituição do Estado.

Renovo, por oportuno, minha confiança e respeito ao Poder Legislativo, a Vossa Excelência e aos dignos membros da Casa de Eptácio Pessoa.

Atenciosamente,

RICARDO VIEIRA COUTINHO

Governador



ESTADO DA PARAÍBA



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 274 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.

Estabelece a remissão e a anistia dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes dos incentivos, das isenções e dos benefícios fiscais ou financeiros-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição dos incentivos, das isenções e dos benefícios fiscais ou financeiros-fiscais vigentes no Estado da Paraíba, na forma prevista no Convênio ICMS 190/17 e na Lei Complementar nº 160/17.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do art. 63 da Constituição do Estado da Paraíba adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:

Art. 1º Ficam remetidos e anistiados os créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes dos incentivos, das isenções e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, instituídos por legislação deste Estado publicada até 8 de agosto de 2017, em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, na forma prevista no Convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017 e na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017.

Parágrafo único. O disposto no “caput” deste artigo aplica-se aos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes dos incentivos, das isenções e dos benefícios fiscais ou financeiros-fiscais, instituídos por legislação deste Estado conforme previsto no Decreto nº 38.179, de 26 de março de 2018, publicado no Diário Oficial



ESTADO DA PARAÍBA



do Estado - DOE do dia 27 de março de 2018, republicado no DOE de 25 de agosto de 2018, o qual identifica os atos normativos vigentes em 8 de agosto de 2017, bem como nos decretos que venham a ser publicados, em cumprimento ao disposto no inciso II da Cláusula Terceira do Convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Ficam reinstituídos os incentivos, as isenções e os benefícios fiscais ou financeiros-fiscais instituídos por legislação deste Estado, constantes do Apêndice I do Anexo Único do Decreto nº 38.179, de 26 de março de 2018, o qual identifica os atos normativos vigentes em 8 de agosto de 2017, conforme redação do Anexo Único que segue publicado junto a esta Medida Provisória.

Parágrafo único. As reinstituições de que trata o “caput” deste artigo não se dão por tempo certo, mas devem observar os limites temporais estabelecidos no Convênio ICMS 190/17 e na Lei Complementar nº 160/17.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA
PARAÍBA**, em João Pessoa, de dezembro de 2018; 130º da
Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador



ESTADO DA PARAÍBA

ANEXO ÚNICO							
ATOS REINSTITUÍDOS							
(Convênio ICMS 190/17, cláusulas sétima e nona)							
UNIDADE FEDERADA: PARAÍBA							
ITEM	LEGISLAÇÃO / ESPÉCIE	NÚMERO	DATA DA PUBLICAÇÃO D.O.E	ENQUADRAMENTO	TERMO FINAL	Nº DO CERTIFICADO	OBSERVAÇÃO
1	LEI	6.000	24/12/1994	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
2	DECRETO	17.252	29/12/1994	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
3	DECRETO	18.229	08/05/1996	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
4	DECRETO	18.518	12/10/1996	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
5	DECRETO	18.861	03/05/1997	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA



6	DECRETO	19.137	17/09/1997	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
7	DECRETO	19.269	06/11/1997	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
8	DECRETO	19.269	06/11/1997	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
9	DECRETO	19.311	26/11/1997	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
10	DECRETO	19.311	26/11/1997	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
11	DECRETO	19.471	08/01/1998	2	31/12/2025	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
12	DECRETO	19.472	08/01/1998	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA



13	DECRETO	19.519	17/02/1998	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
14	DECRETO	19.532	27/02/1998	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
15	DECRETO	19.761	30/06/1998	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
16	DECRETO	19.761	30/06/1998	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
17	DECRETO	20.130	01/12/1998	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
18	DECRETO	20.754	07/12/1999	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
19	DECRETO	20.754	07/12/1999	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA

20	DECRETO	20.754	07/12/1999	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
21	DECRETO	20.820	28/12/1999	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
22	DECRETO	20.842	30/12/1999	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
23	DECRETO	20.842	30/12/1999	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
24	DECRETO	20.846	30/12/1999	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
25	DECRETO	21.678	28/12/2000	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
26	DECRETO	21.678	28/12/2000	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA

27	DECRETO	21.678	28/12/2000	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
28	DECRETO	21.944	09/06/2001	2	31/12/2025	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
29	DECRETO	22.066	31/07/2001	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
30	DECRETO	22.712	24/01/2002	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
31	DECRETO	22.712	24/01/2002	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
32	DECRETO	23.027	15/05/2002	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
33	DECRETO	23.210	30/07/2002	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA

34	DECRETO	23.211	30/07/2002	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
35	DECRETO	23.325	30/08/2002	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
36	DECRETO	23.527	30/10/2002	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
37	DECRETO	23.569	13/11/2002	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
38	DECRETO	23.777	21/12/2002	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
39	DECRETO	23.777	21/12/2002	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA

40	DECRETO	23.871	08/01/2003	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
41	LEI	7.337	07/05/2003	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
42	DECRETO	24.091	14/05/2003	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
43	DECRETO	24.432	30/09/2003	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
44	DECRETO	24.435	30/09/2003	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
45	DECRETO	24.437	30/09/2003	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
46	DECRETO	24.437	30/09/2003	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA

47	DECRETO	24.437	30/09/2003	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
48	DECRETO	25.013	30/04/2004	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
49	DECRETO	25.390	14/10/2004	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
50	DECRETO	25.478	19/11/2004	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
51	DECRETO	25.515	30/11/2004	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
52	DECRETO	25.531	05/12/2004	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA

53	LEI	7.695	23/12/2004	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
54	DECRETO	25.743	18/03/2005	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
55	DECRETO	25.851	29/04/2005	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
56	DECRETO	25.912	19/05/2005	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
57	LEI	7.755	01/06/2005	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
58	MEDIDA PROVISÓRIA	14	25/07/2005	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	CONVERTIDA NA LEI Nº 7.785/2005
59	LEI	7.785	31/08/2005	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	APROVA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 14/2005



ESTADO DA PARAÍBA

60	DECRETO	26.340	12/10/2005	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
61	LEI	7.838	29/10/2005	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
62	DECRETO	26.774	30/12/2005	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
63	DECRETO	26.806	24/01/2006	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
64	DECRETO	26.835	14/02/2006	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
65	DECRETO	26.878	25/02/2006	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
66	DECRETO	27.091	04/05/2006	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA

67	DECRETO	27.092	09/05/2006	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
68	DECRETO	27.122	16/05/2006	2	31/12/2025	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
69	DECRETO	27.242	13/06/2006	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
70	DECRETO	27.476	18/08/2006	3		SE/CONFAZ Nº 35/2018	
71	DECRETO	27.506	26/08/2006	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
72	LEI	8.129	27/12/2006	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
73	DECRETO	28.481	11/08/2007	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
74	DECRETO	29.030	29/01/2008	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA

75	LEI	8.567	11/06/2008	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
76	DECRETO	29.339	14/06/2008	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
77	DECRETO	30.106	24/12/2008	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	REVOGADO (EFEITOS A PARTIR DE 01/01/2018) REINSTITUIÇÃO COM EFEITOS ATÉ 31/12/2017
78	DECRETO	30.229	13/03/2009	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
79	DECRETO	30.484	29/07/2009	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
80	DECRETO	30.927	29/11/2009	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
81	DECRETO	31.072	30/01/2010	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA

82	LEI	9.054	19/04/2010	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	APROVA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 140/2009
83	DECRETO	31.383	25/06/2010	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
84	DECRETO	31.584	02/09/2010	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
85	DECRETO	31.847	08/12/2010	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
86	DECRETO	31.950	28/12/2010	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	O DECRETO Nº 30.106/2008 ESTÁ REVOGADO (EFEITOS A PARTIR DE 01/01/2018) REINSTITUIÇÃO COM EFEITOS ATÉ 31/12/2017
87	DECRETO	32.095	16/04/2011	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA

88	DECRETO	32.137	12/05/2011	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
89	DECRETO	32.388	02/09/2011	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
90	DECRETO	32.669	10/12/2011	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	O DECRETO Nº 30.106/2008 ESTA REVOGADO (EFEITOS A PARTIR DE 01/01/2018) REINSTITUIÇÃO COM EFEITOS ATÉ 31/12/2017
91	DECRETO	32.819	20/03/2012	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
92	LEI	9.677	19/04/2012	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	APROVA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 190/2012
93	DECRETO	32.936	09/05/2012	2	31/12/2025	SE/CONFAZ Nº 35/2018	REPUBLICADO POR ERRO GRÁFICO NO DOE DE 10/05/2012



ESTADO DA PARAÍBA

94	DECRETO	33.287	13/09/2012	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
95	LEI	9.881	20/09/2012	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
96	DECRETO	33.372	10/10/2012	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
97	DECRETO	33.464	11/11/2012	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
98	DECRETO	33.498	24/11/2012	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
99	DECRETO	33.698	20/02/2013	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA

100	DECRETO	33.735	02/03/2013	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
101	DECRETO	33.736	02/03/2013	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	O DECRETO Nº 30.106/2008 ESTÁ REVOGADO (EFEITOS A PARTIR DE 01/01/2018) REINSTITUIÇÃO COM EFEITOS ATÉ 31/12/2017
102	DECRETO	33.763	13/03/2013	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
103	DECRETO	33.763	13/03/2013	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
104	DECRETO	33.763	13/03/2013	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
105	DECRETO	33.763	13/03/2013	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAIBA



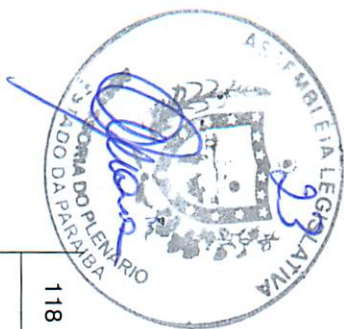
106	DECRETO	33.763	13/03/2013	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
107	DECRETO	33.763	13/03/2013	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
108	DECRETO	33.763	13/03/2013	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
109	DECRETO	33.763	13/03/2013	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
110	DECRETO	33.763	13/03/2013	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
111	DECRETO	33.763	13/03/2013	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA



112	DECRETO	34.151	26/07/2013	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
113	DECRETO	34.634	11/12/2013	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
114	DECRETO	34.697	24/12/2013	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	O DECRETO Nº 30.106/2008 ESTÁ REVOGADO (EFEITOS A PARTIR DE 01/01/2018) REINSTITUIÇÃO COM EFEITOS ATÉ 31/12/2017
115	LEI	10.231	30/12/2013	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	REPUBLICADA POR INCORREÇÃO NO DOE DE 31/12/2013
116	DECRETO	34.753	08/01/2014	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
117	DECRETO	34.754	13/01/2014	3		SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA

118	DECRETO	34.785	25/02/2014	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	O DECRETO Nº 30.106/2008 ESTÁ REVOGADO (EFEITOS A PARTIR DE 01/01/2018) REINSTITUIÇÃO COM EFEITOS ATÉ 31/12/2017
119	DECRETO	35.678	23/12/2014	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
120	DECRETO	35.766	25/03/2015	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
121	DECRETO	36.187	25/09/2015	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
122	DECRETO	36.203	01/10/2015	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	O DECRETO Nº 30.106/2008 ESTÁ REVOGADO (EFEITOS A PARTIR DE 01/01/2018) REINSTITUIÇÃO COM EFEITOS ATÉ 31/12/2017
123	DECRETO	36.245	08/10/2015	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
124	DECRETO	36.277	22/10/2015	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
125	DECRETO	36.392	26/11/2015	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA



126	LEI	10.608	19/12/2015	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
127	DECRETO	36.516	24/12/2015	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	O DECRETO Nº 30.106/2008 ESTA REVOGADO (EFEITOS A PARTIR DE 01/01/2018) REINSTITUIÇÃO COM EFEITOS ATÉ 31/12/2017
128	DECRETO	36.536	30/12/2015	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
129	DECRETO	36.537	30/12/2015	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
130	DECRETO	36.759	14/06/2016	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO DOE DE 24/06/2016
131	DECRETO	36.787	06/07/2016	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA



132	DECRETO	36.867	24/08/2016	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO DOE DE 06/09/2016
133	DECRETO	37.004	25/10/2016	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
134	DECRETO	37.059	18/11/2016	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
135	DECRETO	37.341	19/04/2017	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
136	DECRETO	37.366	29/04/2017	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
137	DECRETO	37.403	26/05/2017	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO DOE DE 27/05/2017
138	DECRETO	37.413	31/05/2017	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
139	DECRETO	37.445	13/06/2017	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	



ESTADO DA PARAÍBA

140	MEDIDA PROVISÓRIA	262	27/07/2017	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	CONVERTIDA NA LEI Nº 10.974/2017
141	DECRETO	37.525	27/07/2017	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
142	DECRETO	37.526	27/07/2017	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
143	DECRETO	37.534	29/07/2017	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
144	DECRETO	37.535	29/07/2017	2	31/12/2025	SE/CONFAZ Nº 35/2018	REVOGADO PELO DECRETO Nº 38.035/2018 (EFEITOS A PARTIR DE 23/01/2018)
145	DECRETO	37.554	05/08/2017	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 35/2018	
146	DECRETO	18.930	20/06/1997	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018)



ESTADO DA PARAÍBA



147	ART. 788 DO RICMS	788	20/06/1997	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018
148	DECRETO	19.111	12/09/1997	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 06/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 23/08/2018
149	DECRETO	21.148	05/07/2000	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 06/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 23/08/2018



ESTADO DA PARAÍBA

150	DECRETO	23.271	17/08/2002	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018
151	LEI	7.331	29/04/2003	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018
152	LEI	7.654	07/09/2004	5	31/12/2018	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018



ESTADO DA PARAÍBA



153	DECRETO	25.655	28/12/2004	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 06/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU 23/08/2018
154	DECRETO	26.810	29/01/2006	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 06/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU 23/08/2018
155	LEI	8.472	09/01/2008	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU 11/07/2018



ESTADO DA PARAÍBA

156	DECRETO	29.054	16/02/2008	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018
157	DECRETO	29.724	21/09/2008	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018
158	MEDIDA PROVISÓRIA	124	27/05/2009	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	CONVERTIDA NA LEI Nº 8.815/2009. ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018



ESTADO DA PARAÍBA

159	LEI	8.815	11/06/2009	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	APROVA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 124/2009. ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018
160	MEDIDA PROVISÓRIA	140	31/12/2009	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	CONVERTIDA NA LEI Nº 9.054/2010. ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018.



ESTADO DA PARAÍBA



161	MEDIDA PROVISÓRIA	152	13/05/2010	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	CONVERTIDA NA LEI Nº 9.164/2010. ATO NORMATIVO INCLUIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018
162	LEI	9.164	18/06/2010	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	APROVA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 152/2009. ATO NORMATIVO INCLUIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018



ESTADO DA PARAÍBA



163	LEI	9.195	12/07/2010	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018
164	MEDIDA PROVISÓRIA	190	24/02/2012	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	REPUBLICADA POR ERRO GRÁFICO NO DOE DE 25/02/2012. CONVERTIDA NA LEI Nº 9.677/2012. ATO NORMATIVO INCLUIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018



ESTADO DA PARAÍBA



165	DECRETO	33.802	26/03/2013	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	EFEITOS ATÉ 31/12/2017. ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018
166	DECRETO	33.901	08/05/2013	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	EFEITOS ATÉ 31/12/2017. ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018
167	DECRETO	34.786	25/02/2014	2	31/12/2025	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018



ESTADO DA PARAÍBA

168	DECRETO	35.319	10/09/2014	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 06/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 23/08/2018
169	DECRETO	36.757	14/06/2016	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 06/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 23/08/2018
170	DECRETO	36.806	16/07/2016	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 06/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 23/08/2018



ESTADO DA PARAÍBA

171	MEDIDA PROVISÓRIA	248	01/12/2016	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 64/2018	REPUBLICADA POR INCORREÇÃO NO DOE DE 02/12/2016. CONVERTIDA NA LEI Nº 10.860/2017. ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 06/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 23/08/2018
172	DECRETO	37.098	03/12/2016	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUÍDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 06/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 23/08/2018



ESTADO DA PARAÍBA

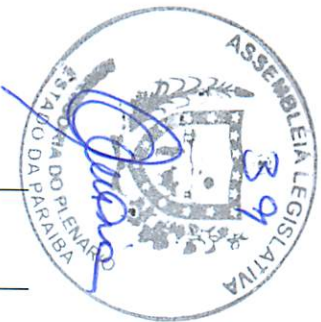


173	DECRETO	37.246	18/02/2017	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 06/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 23/08/2018
174	LEI	10.860	24/03/2017	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 64/2018	APROVA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248/2016. ATO NORMATIVO INCLUIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 06/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 23/08/2018
175	DECRETO	37.338	19/04/2017	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 06/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 23/08/2018



ESTADO DA PARAÍBA

176	MEDIDA PROVISÓRIA	260	19/05/2017	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 64/2018	CONVERTIDA NA LEI Nº 10.967/2017. ATO NORMATIVO INCLUIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 06/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 23/08/2018
177	DECRETO	37.411	31/05/2017	3	31/12/2022	SE/CONFAZ Nº 64/2018	ATO NORMATIVO INCLUIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 06/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 23/08/2018
178	MEDIDA PROVISÓRIA	263	29/07/2017	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	CONVERTIDA NA LEI Nº 10.977/2017. ATO NORMATIVO INCLUIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE



ESTADO DA PARAÍBA

							11/07/2018.
179	DECRETO	37.536	03/08/2017	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	VIGÊNCIA DIFERENCIADA CONFORME DISPOSITIVOS ALTERADOS. ATO NORMATIVO INCLUIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ. PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018



ESTADO DA PARAÍBA



180	LEI	10.974	21/09/2017	1	31/12/2032	SE/CONFAZ Nº 64/2018	APROVA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 262/2017. ATO NORMATIVO INCLUIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 05/18 DO CONFAZ, PUBLICADA NO DOU DE 11/07/2018
-----	-----	--------	------------	---	------------	-------------------------	--

PROTOCOLO DE ENTREGA

MEDIDA PROVISÓRIA

MENSAGEM Nº 58



Ementa: Estabelece a remissão e a anistia dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes dos incentivos, das isenções e dos benefícios fiscais ou financeiros-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstauração dos incentivos, das isenções e dos benefícios fiscais ou financeiros-fiscais vigentes no Estado da Paraíba, na forma prevista no Convênio ICMS 190/17 e na Lei Complementar nº 160/17.

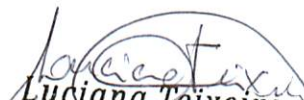
Mensagem: 01 laudas

Medida Provisória: 02 laudas com Anexo único de 34 laudas.

DATA DO RECEBIMENTO: 28/12/2018; **HORÁRIO:** 11h 30

SERVIDORA RESPONSÁVEL:

- ☒ Luciana Teixeira de Paiva Paulo Neto Mat. 290.828-0
- ☐ Cláudia Dantas Mat. 275.154-2
- ☐ Giulliana Camelo Mat. 291.569-3
- ☐ Beatriz Jacinto Mat. 291.765-3



Luciana Teixeira
Matr. 290.828-0

Assinatura